

SUMÁRIO

TÍTULO I - FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO E BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FUNÇÃO E DA CARREIRA DO PROCURADOR DO TRABALHO	19
1. O Ministério Público do Trabalho e o advento da CLT.....	21
1.1. O ingresso da Justiça do Trabalho no Poder Judiciário Federal e as consequências geradas para o MPT.....	22
2. Fundamento constitucional do Ministério Público do Trabalho	24
3. Leis de regência do MPT.....	27
3.1. Ingresso, Carreira e Promoções.....	29
3.2. Algumas considerações de ordem geral sobre as atribuições e formas de atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho. Ministério Público demandista e resolutivo	32
4. Princípios institucionais.....	34
4.1. Unidade.....	34
4.2. Indivisibilidade	35
4.3. Independência funcional.....	36
5. Vedações, garantias e prerrogativas.....	37
5.1. Diferenças entre garantias e prerrogativas	38
5.2. As garantias do Ministério Público do Trabalho.....	39
5.2.1. Vitaliciedade.....	39
5.2.2. Inamovibilidade	41
5.2.3. Irredutibilidade de subsídios.....	42
5.3. Prerrogativas do cargo	43
5.4. As vedações	45
5.4.1. Exercício da advocacia.....	45

5.4.2.	Exercício de outra função pública, salvo uma de magistério.....	48
5.4.3.	Exercício de atividade político-partidária.....	51
5.4.4.	Outras vedações.....	52
6.	Unidades de lotação e de administração do MPT.....	55
6.1.	A Procuradoria-Geral do Trabalho.....	58
6.2.	Procuradorias Regionais do Trabalho.....	58
6.3.	Procuradorias do Trabalho em Municípios.....	60
7.	Os órgãos do Ministério Público do Trabalho.....	61
7.1.	O Procurador-Geral do Trabalho.....	61
7.2.	O Conselho Superior do MPT.....	63
7.3.	A Câmara de Coordenação e Revisão.....	66
7.3.1.	As Subcâmaras de Coordenação e Revisão.....	78
7.4.	Corregedoria-Geral do MPT.....	79
7.5.	O Colégio de Procuradores.....	83
8.	Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho.....	84
9.	O papel das coordenadorias nacionais temáticas.....	89
9.1.	CONATPA – Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário.....	95
9.2.	CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	99
9.3.	CONAP – Coordenadoria Nacional de Promoção de Regularidade do Trabalho na Administração Pública.....	106
9.4.	CONAFRET – Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho.....	110
9.5.	COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes ...	117
9.6.	CODEMAT – Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.....	126
9.7.	COORDIGUALDADE – Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho.....	142
9.8.	CONALIS – Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social.....	150
10.	COORDINTEGRAÇÃO – Coordenadoria Nacional de Integração do Primeiro e do Segundo Grau.....	157
11.	CRJ – Coordenadoria de Recursos Judiciais.....	158
11.1.	Composição e atribuição dos componentes.....	158

12. Fluxogramas	159
12.1. Fluxograma das unidades de lotação e de administração do Ministério Público do Trabalho.....	159
12.2. Fluxograma da carreira no Ministério Público do Trabalho	160
13. Passo a passo sobre a reconstrução histórica da função e da carreira do Procurador do Trabalho.....	161
14. Questões de concursos	162

TÍTULO II – INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MPT

CAPÍTULO 1 – O INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	179
1. Introdução. Notícia de fato	179
1.1. O Indeferimento liminar da notícia de fato	179
1.2. Recursos e remessa necessária de indeferimento de notícia de fato.....	180
1.3. A denúncia anônima enquanto peça informativa.....	180
1.4. Declínio de atribuição entre Procuradores do Trabalho e a solução dos conflitos de atribuição positivo ou negativo	182
1.5. Declínio de atribuição entre membros de diferentes ramos do Ministério Público e a solução dos conflitos de atribuição positivo ou negativo.....	183
1.6. Instauração de procedimento próprio	184
2. Investigação administrativa prévia (procedimento preparatório)	184
3. Origem legal e constitucional do inquérito civil.....	185
3.1. Princípios concernentes ao inquérito civil.....	186
3.2. Legitimidade para instauração	189
3.3. Conceito de inquérito civil.....	190
3.4. Natureza jurídica	191
3.5. Fases do inquérito civil e os poderes de investigação	192
3.5.1. Carta precatória	196
3.5.2. Inoponibilidade do sigilo das informações. Um poder de instrução do inquérito frequentemente questionado.....	198
3.6. Valoração das provas em juízo.....	200
3.7. A finalidade do inquérito civil e o papel do advogado.....	201
3.8. Controle de legalidade do inquérito civil.....	203
3.9. Vias de extinção do inquérito civil.....	204

3.9.1.	Arquivamento por falta de provas de ilicitude – envio para homologação na CCR	204
3.9.2.	Ajuizamento de ação civil pública	206
3.9.3.	Termo de compromisso de ajustamento de conduta	207
3.10.	Possibilidade de recurso e de contrarrazões no âmbito do inquérito civil ...	207
3.11.	Controle administrativo da atuação do membro do MPT no inquérito civil.....	207
4.	Fluxograma	210
5.	Passo a passo do inquérito civil para o Procurador do Trabalho	211
6.	Modelos de peças (apreciação prévia, portaria de instauração de inquérito civil, carta precatória e promoção de arquivamento para a CCR).....	211
6.1.	Modelo de apreciação prévia	211
6.2.	Modelo de despacho de declínio de atribuição	212
6.3.	Modelo de portaria de instauração de inquérito civil	214
6.4.	Modelo de carta precatória.....	215
6.5.	Modelo de promoção de arquivamento para a Câmara de Coordenação e Revisão	216
7.	Questões de Concursos.....	219
CAPÍTULO 2 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA		225
1.	Origem legal e no processo do trabalho	225
2.	Princípios informadores	226
2.1.	Princípio do acesso à Justiça	226
2.2.	Princípio da proporcionalidade (quanto aos prazos e condições de ajuste)..	227
2.3.	Princípio da tutela preventiva.....	228
2.4.	Princípio da tutela específica	229
2.5.	Princípio da solução negociada da norma	230
3.	Legitimação.....	231
4.	Conceito	232
5.	Natureza jurídica.....	232
6.	Distinções entre astreinte, multa e cláusula penal.....	235
6.1.	A destinação dos valores do TAC.....	236
7.	Eficácia imediata do título executivo extrajudicial e casos de termos suspensivos ..	241
8.	Acompanhamento e fiscalização do cumprimento do TAC (PA-TAC)	242
9.	Os compromissos de âmbito nacional e/ou suprarregional.....	242
10.	A modificação, a anulação e o aditamento do TAC	243

11. Modelos de Termos de compromisso.....	244
11.1. Meio Ambiente do Trabalho.....	244
11.2. Combate à Discriminação nas Relações de Trabalho.....	248
11.3. Combate ao Assédio Moral.....	249
11.4. Combate ao Assédio Eleitoral.....	252
11.5. Irregularidades relacionadas ao estágio.....	255
12. Questões de concursos.....	258
CAPÍTULO 3 – NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA.....	261
1. Conceito.....	261
2. Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	262
3. A disciplina da notificação recomendatória expedida pelo Ministério Público brasileiro. Resolução CNMP 164/2017.....	263
3.1. Princípios.....	264
3.2. Características.....	265
3.3. A notificação recomendatória pode ser expedida como um ato isolado ou precisa estar inserida em um procedimento investigativo?.....	267
3.4. Existe medida judicial contra a expedição de recomendação?.....	269
4. Casuística na seara trabalhista.....	271
5. Modelos de notificação recomendatória.....	272
6. Questões de concursos.....	278
CAPÍTULO 4 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	281
1. Conceito e características.....	281
2. Fundamento constitucional e infraconstitucional.....	284
3. Princípios informadores da audiência pública.....	287
4. Procedimento.....	288
5. Fluxograma da audiência pública.....	292
6. Questões de concurso.....	293
CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM.....	295
1. Introdução.....	295
2. Fundamento constitucional e infraconstitucional da mediação e da arbitragem pelo MPT.....	296
3. Distinções entre mediação e arbitragem.....	298

4.	O papel do Procurador do Trabalho como mediador	299
4.1.	Princípios regentes do procedimento de mediação	300
4.2.	Objeto.....	304
4.3.	Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA	305
4.4.	Procedimento.....	307
5.	A arbitragem no âmbito do Ministério Público do Trabalho	308
5.1.	Princípios regentes do procedimento arbitral	309
5.2.	Objeto.....	313
5.3.	Procedimento.....	315
5.4.	A execução da sentença arbitral	316
6.	Fluxograma da mediação no âmbito do MPT	319
7.	Fluxograma da Arbitragem no MPT.....	320
8.	Questões de Concursos.....	321

TÍTULO III – ATUAÇÃO JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – ÓRGÃO INTERVENIENTE EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	327	
1.	Marco interpretativo.....	327
2.	O que é intervir no processo?.....	328
2.1.	Prerrogativas na atuação interventiva.....	329
2.2.	Formas de intervenção.....	330
3.	Critérios para intervenção do MPT no processo. A natureza da lide e a qualidade da parte.....	331
4.	Modalidades de intervenção.....	332
4.1.	Intervenção obrigatória	332
4.1.1.	Intervenção obrigatória apenas a partir do segundo grau de jurisdição	336
4.2.	Intervenção facultativa e a noção de interesse público.....	337
5.	Legitimidade do MPT para recorrer nos casos de atuação interventiva. A posição do TST	342
6.	Consequência da ausência de intervenção obrigatória do MPT	346
7.	Modelos de parecer, recurso ordinário, embargos de declaração e de recurso de revista interposto como órgão interveniente	348
7.1.	Modelo de parecer exarado em primeiro grau de jurisdição (intervenção obrigatória).....	348

7.2.	Modelo de recurso ordinário interposto como órgão interveniente	354
7.3.	Modelo de embargos de declaração interposto como órgão interveniente ...	358
7.4.	Modelo de recurso de revista interposto como órgão interveniente	358
8.	Questões de concurso.....	363
CAPÍTULO 2 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO CURADOR NO PROCESSO.....		367
1.	Histórico.....	367
2.	A curatela no processo trabalhista.....	370
3.	A curatela do menor incapaz no processo do trabalho	373
4.	Fluxograma da atuação do Ministério Público do Trabalho como curador no processo.....	377
5.	Questões de concursos	377
CAPÍTULO 3 – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO ÓRGÃO AGENTE.....		379
1.	Ação civil pública.....	379
1.1.	Introdução ao Ministério Público em ação civil pública.....	379
1.2.	Fundamento constitucional e infraconstitucional da ação civil pública em relação ao Ministério Público do Trabalho.....	380
1.3.	A ação civil pública como instrumento do processo estrutural trabalhista ..	382
1.4.	Interesses jurídicos tuteláveis.....	382
1.5.	Indenização por dano moral coletivo. Generalidades	389
1.5.1.	Evolução da responsabilidade civil.....	390
1.5.2.	Caracterização e conceito de dano moral coletivo.....	391
1.5.2.1.	Existência de duas ordens de fatores	392
1.5.2.2.	Elementos que caracterizam o dano moral coletivo.....	392
1.5.3.	Base constitucional e infraconstitucional da indenização por dano moral coletivo.....	393
1.5.4.	Hipóteses de incidência	394
1.5.5.	Aspectos fundamentais da reparação. Natureza predominantemente sancionatória e formas de reparação.....	394
1.6.	Competência para propositura da ação civil pública.....	396
1.6.1.	Competência material.....	396
1.6.2.	Competência funcional/territorial	397

1.7.	Condições da ação.....	400
1.7.1.	Legitimidade para agir.....	401
1.7.2.	Interesse processual.....	402
1.8.	MPT como fiscal da ordem jurídica (art. 5º, § 1º, da LACP)	405
1.9.	Rito processual.....	405
1.10.	Litisconsórcio (cumulação subjetiva)	407
1.10.1.	O litisconsórcio no processo coletivo	409
1.10.2.	O litisconsórcio entre ramos do Ministério Público.....	410
1.11.	Possibilidade de acordo em ação civil pública.....	411
1.12.	Sentença	412
1.13.	Litispêndia e Coisa julgada (art. 16 da LACP, arts. 103 e 104 do CDC) ..	413
1.13.1.	Litispêndia entre ações coletivas e individuais e entre ações coletivas.....	413
1.13.2.	A coisa julgada na tutela jurisdicional coletiva.....	415
1.14.	Recursos.....	418
1.15.	Execução (cumprimento de sentença).....	420
1.16.	Prescrição	421
1.17.	Controle de constitucionalidade difuso em ação civil pública.....	422
1.18.	Fluxograma da ação civil pública	424
1.19.	Passo a passo da ação civil pública para o Procurador do Trabalho	425
1.20.	Modelo de ação civil pública.....	426
1.21.	Questões de concursos.....	441
2.	Ação civil coletiva	447
2.1.	Ação civil coletiva ou ação civil pública?.....	447
2.2.	Generalidades	448
2.2.1.	Influência da <i>class actions for damages</i>	448
2.2.2.	Objetivo da ação civil coletiva	450
2.3.	Fundamento constitucional e infraconstitucional	451
2.4.	Interesses jurídicos tuteláveis.....	452
2.5.	Legitimidade para agir	453
2.5.1.	Legitimação ativa. Hipótese de substituição processual.....	453
2.5.2.	Legitimação passiva.....	454
2.6.	Interesse processual.....	454
2.7.	Rito procedimental.....	456

2.8.	Sentença. Condenação de caráter genérico (art. 95 do CDC).....	457
2.9.	Litispêndência e coisa julgada.....	458
2.10.	Recursos.....	459
2.11.	Liquidação e execução (cumprimento de sentença).....	460
2.12.	Prescrição	462
2.13.	Fluxograma da ação civil coletiva.....	464
2.14.	Modelo de ação civil coletiva (cobrança coletiva de verbas rescisórias, fundiárias, previdenciárias e anotação da CTPS dos empregados)	465
2.15.	Questões de concursos.....	471
3.	Ação anulatória das cláusulas de convenções e acordos coletivos.....	472
3.1.	Fundamento Constitucional e Infraconstitucional	472
3.2.	Natureza jurídica	474
3.3.	Legitimidade	476
3.4.	Hipóteses em que as convenções e acordos coletivos podem ser anulados (exemplificativo).....	478
3.4.1.	Aspectos formais que autorizam a anulação de normas coletivas	478
3.4.2.	Aspectos materiais que autorizam a anulação de normas coletivas	479
3.5.	Competência	485
3.5.1.	Competência material.....	486
3.5.2.	Competência hierárquica ou funcional	486
3.6.	Procedimento da ação anulatória.....	488
3.7.	Limites da anulação das cláusulas	490
3.8.	Fluxograma de ação anulatória.....	491
3.9.	Modelo de ação anulatória (cláusula que restringia o valor da multa do FGTS para 20%).....	492
3.10.	Questões de concursos.....	496
4.	Atuação judicial em dissídios coletivos.....	499
4.1.	Introdução sobre o dissídio coletivo	499
4.2.	Atuação como órgão interveniente	504
4.2.1.	Prerrogativas	507
4.2.2.	Legitimidade recursal.....	507
4.3.	Atuação como órgão agente	511
4.3.1.	Dissídio de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão a interesse público. A jurisprudência do TST em torno da matéria	512

4.4.	Implicações extrajudiciais do dissídio coletivo para o procedimento de mediação no âmbito do MPT.....	514
4.5.	Fluxogramas.....	516
4.5.1.	Dissídio coletivo econômico.....	516
4.5.2.	Dissídio coletivo de interpretação (jurídico).....	517
4.5.3.	Dissídio coletivo de greve em atividade essencial (quando suscitado pelo MPT).....	518
4.6.	Modelos de petição inicial em dissídio coletivo de greve em atividade essencial e parecer em dissídio coletivo de greve e em dissídio coletivo econômico.....	518
4.6.1.	Petição inicial em dissídio coletivo de greve em atividade essencial.....	518
4.6.2.	Parecer em dissídio coletivo de greve em atividade não essencial...	522
4.6.3.	Parecer em dissídio coletivo econômico ou de interesse.....	525
4.7.	Questões de concursos.....	530
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		533